

# As novas tendências mundiais para a busca de sustentabilidade na agropecuária mundial

*Paulo Choji Kitamura*

## Introdução

Nos tempos contemporâneos, os movimentos combinados da globalização e a emergência de novos temas, entre esses dois meios de comunicação, da nova biotecnologia e do meio ambiente, com grande poder de revolucionar as sociedades, vem impondo transformações estruturais na produção e no comércio agropecuário em todo o mundo.

Como participante ativo no mercado externo, a agropecuária brasileira tem sido submetida diretamente aos efeitos desses movimentos sob argumentos de harmonização de padrões de qualidade, de padrões ambientais e de requisitos para proteção da saúde do consumidor. São movimentos que vêm induzindo mudanças não só na qualidade final de produtos agropecuários, mas também revolucionando sistemas de produção no campo.

Dessa forma, as mudanças recentes no meio rural brasileiro tem um forte viés ambiental: a indução de mudanças a partir do mercado externo. Tanto o consumidor comum passa a sinalizar os padrões de qualidade e ambiental quanto os órgãos de gestão ambiental nacional e multilaterais começam a traduzir tais preferências em normas, protocolos e convenções ambientais que passam a regular o comércio agropecuário internacional.

Em decorrência, o meio rural brasileiro vem também acompanhando as tendências em curso nos países pós-industriais, em que as atividades agropecuárias convivem cada vez mais com atividades de serviços e da indústria, outrora tipicamente urbanos: turismo ecológico e rural, chácaras de lazer, hotéis-fazendas, pesque-pagues, novos serviços e indústrias de localização rural. É ainda um movimento visível no Centro-Sul brasileiro, onde as áreas rurais deixaram de ser um local exclusivo de produção agropecuária para tornar-se também locais de produção e consumo de bens e serviços diversificados, mesmo os não-tangíveis como amenidades ou serviços ambientais.

Esse novo cenário inclui também uma revolução em termos de gestão da produção e do seu entorno, uma vez que incorpora os requisitos de qualidade ambiental e de proteção da saúde do consumidor tanto no produto final quanto nos sistemas produtivos. Uma característica marcante dessas mudanças é a busca de diferenciação de produtos, insumos e serviços, mesmo de

*commodities*, para atender aos crescentes mercados especiais, tais como de produtos orgânicos, naturais, isento de hormônios e aditivos, com características especiais de sabor, valor nutricional/medicinal, ou de produtos animais e vegetais não-tradicionais.

A grande complexidade que ganha o rural e a agropecuária brasileiros nos tempos contemporâneos traz também conseqüências importantes em termos de políticas públicas: mesmo soluções simples, como o controle da erosão do solo, outrora focadas de forma individual, necessitam agora de uma contextualização territorial, de gestão ambiental integrada, tais como de bacias hidrográficas e comunidades, compondo com as necessidades de outras atividades agrícolas e não-agrícolas e dos diferentes atores ali presentes.

A adaptação e/ou a participação de produtores brasileiros na construção dos cenários futuros, especialmente dos mercados agropecuários segmentados de caráter global, ocorre ainda com o predomínio de estratégias remediais, de adequação aos novos requisitos apresentados pelos mercados. As estratégias de caráter proativo, de antecipar e participar da formatação de protocolos e normas que regularão o mercado futuro de seus produtos é ainda pouco visível no momento atual.

Nesse contexto, é importante destacar a atual carência de políticas públicas que induzam produtores brasileiros para papéis proativos e de antecipação estratégica aos novos requisitos em gestação no mercado internacional, especificamente aqueles relacionados à saúde do consumidor e de proteção do meio ambiente, muitas interpretadas como verdadeiras barreiras não-tarifárias. É fundamental que os produtores brasileiros participem direta ou indiretamente da formatação e de melhorias contínuas dos requisitos e normas internacionais que regem os diferentes tipos de certificação de produtos, assim como da estruturação e implementação dessas nas condições nacionais.

Este artigo trata as particularidades de dois tipos de certificação, os quais certamente farão parte do cenário futuro da agropecuária brasileira: - a certificação "intermediária", da Produção Integrada e seus similares, cujas normas permitem o uso regulado de agroquímicos, e outra, - a certificação de produção orgânica, que inclui todos os sistemas naturais de manejo que não utilizam de insumos químicos industrializados.

## **Os recentes avanços na certificação da qualidade e ambiental**

Certamente, uma das grandes tendências da agricultura intensiva mundial é a busca de sistemas de produção cada vez mais sustentáveis a partir do estreitamento dos requisitos de qualidade do produto final e dos processos produtivos mobilizados.

O momento atual é particularmente rico na emergência de experiências de certificação que consideram e privilegiam atributos de sustentabilidade. Embora as abordagens de sustentabilidade e os objetivos visados sejam diversos, as normas para certificação apresentam bases similares ao privilegiar sistemas de manejo que limitam o uso de determinados insumos industrializados, notadamente agrotóxicos, medicamentos e aditivos.

Nesse aspecto, os sistemas de certificação mais conhecidos pelos agricultores brasileiros vão desde a Produção Integrada de Frutas (PIF), que é tipicamente uma certificação intermediária ao permitir o uso de agrotóxicos; a certificação de qualidade da série ISO 9000 e de qualidade ambiental da série ISO 14000 até os diferentes tipos de selos de declaração tais como de região demarcada, de não-uso de antibióticos e promotores de crescimento para animais, de proteção de comunidades e populações tradicionais.

Como pontos de similaridade desses processos de certificação, destaque-se que todos esses partem de códigos ou normas ambientais, os quais são básicos para os processos de auditoria (verificação de conformidade) dos padrões mínimos então estabelecidos. Ressalte-se que todas as atividades certificadas visando ao mercado internacional trabalham, naturalmente, com padrões mundialmente aceitos e consagrados.

Outro aspecto em comum entre os sistemas de certificação que levam à convergência desses processos é o uso de métodos de avaliação e monitoramento para a melhoria da qualidade do produto e do meio ambiente, a Avaliação de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e as Boas Práticas de Fabricação (BPFs), as quais foram inicialmente aplicadas à indústria alimentícia e agora passam a ser aplicadas também na produção de matérias-primas com a denominação de Boas Práticas Agrícolas (BPAs) e APPCC- Campo.

Talvez o atributo básico para a convergência dos processos de certificação seja a rastreabilidade do processo produtivo e do produto final para os consumidores intermediários e finais. Praticamente todos tipos de certificação adotam instrumentos de registros, dos insumos e manejos utilizados na produção de tal modo que qualquer consumidor possa em qualquer parte do mundo identificar as características da produção, e, muitas vezes, o seu produtor.

Em outras palavras, independentemente da natureza da certificação visada, métodos de avaliação e monitoramento da qualidade e de atributos ambientais que permitem melhorias contínuas e a rastreabilidade do produto e da cadeia produtiva serão obrigatoriamente implementados.

A certificação da Produção Integrada de Frutas é talvez um dos processos mais notáveis no atual momento, com grandes possibilidades de revolucionar a agricultura intensiva brasileira desde que aplicável a uma variedade de sistemas de produção, desde frutas tropicais e temperadas até hortaliças em geral. É a certificação que produtores/ exportadores de frutas (manga e uva) do Vale do São Francisco e de maçã de Santa Catarina e Rio Grande do Sul vem

implantando nos últimos anos, a partir da formação de um consórcio de instituições públicas e privadas. A certificação da Produção Integrada de Frutas no Brasil, por ser inspirada nas normas vigentes nos países da União Européia, incorpora padrões sanitários, ambientais e de segurança ao consumidor daquele mercado.

Atualmente, a certificação da PIF vem acontecendo no Vale do Rio São Francisco e no Centro-Sul do Brasil envolvendo cerca de 15 espécies de frutas, entre essas a manga, uva, maçã, laranja, lima ácida, banana, maracujá, figo, caqui, goiaba, caju, coco, mamão, melão, pêssego e nectarina, muitos voltados para a exportação e outros voltados para o mercado doméstico. O esperado sucesso dessas iniciativas no médio prazo (3 a 5 anos), atualmente cerca de 15 projetos apoiados com recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e do Ministério da Ciência e Tecnologia/CNPq, representará um grande salto em direção a sustentabilidade dos sistemas de produção de frutas tropicais e temperadas, mesmo considerando-se a permissão do uso de agroquímicos.

Atualmente, o sucesso das iniciativas pioneiras na certificação da PIF está gerando novas demandas por parte de associações de produtores de hortaliças do Centro-Sul brasileiro, interessadas na busca de posicionamentos estratégicos de mercado: consolidar a participação no mercado interno e, ao mesmo tempo, abrir oportunidades para a conquista de mercados externos com a oferta de produtos hortícolas de alta qualidade para atender exigentes consumidores europeus.

Já as normas e os padrões da série ISO 9000 (qualidade do processo produtivo e do produto) e da série ISO 14000 (qualidade ambiental do processo produtivo e do produto), especialmente a primeira, conhecidas há quase uma década, e com grande sucesso na Indústria e no Setor de Serviços, tem taxas de adoção muito baixas nas condições da agropecuária brasileira, limitando-se ainda aos processos agroindustriais. E nesse aspecto, existem atualmente apenas 10 certificações de plantios e atividades de campo segundo as normas ISO 9001:2000 (5 casos) e ISO 14001:1996 (5 casos).

Outro tipo de certificação intermediária em andamento é a do Programa Produção de Alimentos Seguros (PAS), que tem como base a introdução de Boas Práticas Agrícolas (BPAs) e a Avaliação de Perigos e Pontos Críticos de Controle – Campo (APPCC - Campo), cujas normas são semelhantes à da Produção Integrada de Frutas. Esse programa que é apoiado por um grande consórcio de instituições públicas lideradas pelo Senai, Sebrae, Senar e Embrapa tem como prioridade produtos com histórias de ocorrência de problemas de qualidade e de segurança sanitária nos mercados internacionais.

O PAS priorizará culturas de exportação mais vulneráveis tais como o café, pimenta-do-reino e a castanha-do-brasil, com registros de problemas de segurança alimentar além de culturas e criações voltadas ao mercado interno

com diagnósticos de problemas sanitários e ambientais, tais como o amendoim, alface, cenoura, milho, maçã, uva, leite e ovos. Por se tratar de iniciativa do setor público, a expectativa colocada é de processos de certificação de baixo custo – bancadas pelo setor público – e acessíveis aos agricultores familiares, atualmente discriminados em outros processos de certificação.

## Os avanços recentes da agricultura orgânica

A agricultura orgânica mundial vem crescendo a elevadas taxas nos últimos anos, abrindo perspectivas de a longo prazo revolucionar os sistemas de agricultura atualmente predominantes no mundo. A agricultura orgânica alcançou em 2003 cerca de 23 milhões de hectares em todo o mundo, representando um mercado de mais de 20 bilhões de dólares. Enquanto os grandes mercados de alimentos orgânicos estão na Europa (16 países), EUA e no Japão a oferta mundial desses produtos está concentrada na Europa, EUA, a Austrália e a Argentina, esses últimos com significativas áreas de pastagens sob manejo orgânico.

Entre as causas desse vertiginoso crescimento do mercado de orgânicos podem ser citados, do lado da oferta os sobrepreços pagos aos produtores que se soma às preocupações com a intoxicação de trabalhadores por agrotóxicos, e do lado do consumo, a crescente opção dos consumidores por produtos agropecuários isentos de resíduos de agrotóxicos, medicamentos, hormônios e outros químicos e as pressões dos movimentos ambientais pela preservação ambiental que se traduzem em legislações cada vez mais rigorosas.

No Brasil a agricultura orgânica certificada é ainda pequena: abrangia cerca de 100.000 hectares e representava cerca de R\$ 200 milhões no ano de 2001. Todavia, vem mostrando um crescimento espetacular da produção, de até 50% a.a., liderado pelos agricultores localizados nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul e Espírito Santo.

As contribuições potenciais que os sistemas orgânicos oferecem em termos de formatação da agricultura brasileira do futuro são enormes. Esse potencial é realizado pela oferta de uma diversidade de sistemas de produção que resgatam mecanismos e processos naturais milenares que substituem totalmente os agrotóxicos e fertilizantes industrializados, processos esses básicos para a sustentabilidade no longo prazo. Os sistemas orgânicos revolucionam os sistemas convencionais de agricultura, pela via da concorrência nos mercados, como também pela oferta de seus diferentes componentes tecnológicos para adaptação e uso naqueles sistemas, mesmo dentro de outras lógicas de produção.

As possibilidades dessa revolução são amplas. Os sistemas orgânicos já romperam os limites de escala – ultrapassando as críticas de um sistema restrito a pequenas áreas e da produção de hortigranjeiros, somente hortaliças

e algumas frutas – ampliando as fronteiras da agricultura do futuro. Para se ter uma idéia desse potencial, atualmente o Brasil possui certificados orgânicos de produtos *in natura* ou de derivados processados de soja, milho, citros, cana-de-açúcar, café, dendê, cacau, bovinos e leite, suínos, aves e ovos, mel, chá, algodão, tabaco, arroz, feijão, girassol, mandioca, hortaliças e frutas temperadas e tropicais etc., totalizando mais de 50 produtos<sup>1</sup>.

Contudo, de forma diversa do contexto mundial, os problemas da agricultura orgânica no Brasil são bastante peculiares. Primeiro, a busca da certificação orgânica é ainda um esforço fundamentalmente privado com o apoio do terceiro setor, cujo papel tem sido de estabelecer elos diretos entre grupos específicos de produtores e grupos específicos de consumidores. Segundo, esse processo traz características bastante excludentes à certificação orgânica – como qualquer tipo de certificação –, considerando a falta de organização de pequenos produtores e também por causa dos custos envolvidos na certificação. Terceiro, há milhares de agricultores familiares que ainda praticam sistemas quase naturais de agricultura muito semelhantes aos sistemas orgânicos certificados, contudo sem a devida remuneração do mercado.

Assim, os dois grandes desafios apresentados para a agricultura orgânica brasileira no futuro próximo são: - de tornar-se um sistema de produção expressivo em termos de proporção do mercado e, ainda, com preços competitivos para o consumidores; - de tornar-se um sistema de produção de referência em termos de sustentabilidade econômica, social e ecológica. E nesse aspecto com destaque para o seu uso como estratégia de inclusão social, de renda e emprego de agricultores familiares que atualmente praticam sistemas quase naturais no Brasil.

Evidentemente, tais desafios não poderão ser enfrentados somente pelo setor privado e pela sociedade civil organizada como tem sido a tônica até o momento. Necessita-se urgentemente de políticas públicas que, a partir de uma visão integrada, tratem, além das questões imediatas de tecnologia, crédito, assistência técnica, infra-estrutura básica, as necessidades contemporâneas, de novos arranjos institucionais para o desenvolvimento rural, da organização de produtores, da elaboração e implementação de estratégias de transição para sistemas orgânicos certificados.

---

<sup>1</sup> Alguns autores classificam também como orgânicos as certificações de florestas plantadas e as nativas manejadas, os povoamentos florestais para produção de palmito, açaí, ceras e essências, as pastagens nativas entre outros, sistemas de produção tipicamente extensivos ou naturais.

## Literatura consultada

- CAMPANHOLA, C. & BETTIOL, W. (ed.) Métodos Alternativos de Controle Fitossanitário. Jaguariúna, Embrapa Meio Ambiente, 2003. P. 217- 265; O estado-da-arte da pesquisa de impactos ambientais relacionados ao uso de agrotóxicos na agricultura brasileira.
- CAMPANHOLA, C. & VALARINI, P.J. A Agricultura Orgânica e seu Potencial para o Pequeno Produtor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 18. n.3, p. 69-101, 2001.
- \_\_\_\_\_. O que a agricultura Orgânica é e o que ela não é. **Agroecologia**, out-nov, 2001 p. 13-14.
- EMBRAPA. O Meio Ambiente e o Compromisso Institucional da Embrapa. Brasília: Embrapa/ACS, 2002. 89 p.
- IFOAM – <http://www.ifoam.org>. *The World Organic Agriculture 2003 – Statistics and Future Prospects*. (acessado em 04/05/2003)
- INMETRO – <http://www.inmetro.gov.br> Certificação ISO 9000 e ISO 14000. (acessado em 04/05/2003)
- KITAMURA, P.C. Agricultura Sustentável no Brasil: avanços e perspectivas. Ciência & Ambiente, v.27, jul/dez 2003.**
- LINHARES, R. Adoção da Agricultura Orgânica por Produtores de Hortaliças no Estado de São Paulo. In: V Congreso de la SEAE, I Congreso Iberoamericano de Agroecologia, Anais... Gijón, España. 2002. p.215-224.
- LINHARES, R.; LOPES, D.; VITOI, L. & FEIDEN, A. A Conversão de Sistemas Convencionais para Sistemas Orgânicos de Produção no Brasil. In: V Congreso de la SEAE, I Congreso Iberoamericano de Agroecologia, Anais... Gijón, España. 2002. p.205-214.
- PESSOA, M.C.P.Y.; SILVA, A. de S. & CAMARGO, C.P. Qualidade e Certificação de Produtos Agropecuários. Brasília: Informação Tecnológica, 2002 188p. (Texto para Discussão, 14
- Portaria MA/Sarc nº. 447, de 18/12/2000; que trata das Diretrizes Gerais para a Produção Integrada de Frutas.
- USDA. Foreign Agricultural Service – Global Agriculture Information Network GAIN Report. Brazil Organic. Organic Farming in Brazil 1999. 5p.